

Colóquio

Fundamentos para uma reflexão social sobre a crise ecológica

Grounds for a social reflection on the ecological crisis

Josué Mastrodi¹

Resumo

Artigo desenvolvido a partir de participação no *Colóquio Laudato Si'*, por uma ecologia integral, ciclo de palestras realizadas na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por força da publicação da Encíclica papal homônima do Papa Francisco. Neste texto, o autor faz relações entre as reflexões do Sumo Pontífice e a dimensão social do conceito científico de desenvolvimento sustentável, considerando o Estado como meio de promoção do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Ecologia integral. Desenvolvimento sustentável. Dimensão social do desenvolvimento. *Laudato Si'*.

Abstract

The theme of this paper refers to the participation in the colloquium Laudato Si', towards an integral ecology, a series of lectures under the auspices of the Pontifícia Universidade Católica de Campinas in view of the edition of Pope Francis's encyclical letter. In the present paper, the author reflects on the relationship between Pope Francis's considerations and the social dimension of the scientific concept of sustainable development, considering the government as a mean for promoting social development.

Keywords: Integral ecology. Sustainable development. Social dimension of development. *Laudato Si'*.

Introdução

O tema do desenvolvimento sustentável versa basicamente sobre três vertentes, de natureza ecológica, econômica e social. O presente artigo versa sobre esta última

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Direito e Centro de Linguagem e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. Rod. Dom Pedro I, km 136, Pq. das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. *E-mail:* mastrodi@puc-campinas.edu.br

dimensão, tratando dos aspectos sociais da crise ecológica mundial, reflexão feita com base nas ponderações do Papa Francisco em sua encíclica *Laudato Si'*².

Devido à minha formação acadêmica, em Direito e em Filosofia do Direito, tomo a liberdade de apresentar uma reflexão a partir de um ponto de vista laico e também da estruturação política da sociedade civil por meio do Estado. E em que pese o ponto de vista laico desta reflexão, as convergências com o pensamento do Papa Francisco são muito grandes.

De início, tenho que concordar que a crise envolvendo a degradação do meio ambiente já de há muito se tornou um problema global. Não é algo isolado dos primeiros países que destruíram suas florestas e acinzentaram seu céu no século XVIII, a poluição continua a ser o maior subproduto do desenvolvimento econômico.

Atualmente não é possível produzir sem energia e sem matéria-prima. Porém, há três séculos que o homem vem extraindo recursos da natureza e, há algumas décadas, num ritmo muito superior à capacidade de regeneração do planeta. Planeta que, na bonita metáfora do Papa Francisco, é “nossa casa comum”. Temos apenas uma casa – um planeta – e estamos acabando com ela.

Nossa casa é comum

Na esteira da mensagem do reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Prof. Josafá Carlos de Siqueira, que em sua palestra nos lembrou que estamos mutilando a obra do Criador³, entendo que é possível fazer uma comparação para, com essa imagem, iniciar esta exposição.

Se no início, como consta no Livro do Gênesis, Deus expulsou o homem do jardim, hoje o homem quer acabar com seu jardim. Parece que o próprio homem quer se impor um castigo. A diferença é que, na passagem que está em Gênesis, havia para onde ir, um lugar do lado de fora do Éden. Hoje, porém, não há lado de fora do planeta, este que é, cada vez mais, degradado.

Meio ambiente tem a ver com equilíbrio ecológico. Na criação, o Criador disse que tudo era bom. Na medida em que transformamos o mundo físico em mundo humano, mudamos para outro equilíbrio, outra conformação de realidade, em que deixa de haver o “tudo era bom”.

² FRANCISCO, Papa. Encíclica papal *Laudato Si' sobre o cuidado de nossa casa comum*. Vaticano, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_2015_0524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

³ Em seu livro, Josafá Carlos de Siqueira aponta a “preocupação da Igreja Católica em dar um testemunho dos caminhos de sustentabilidades que devemos trilhar para preservar a obra do Criador e ajudar a Criação a suportar as dores e os gemidos das rupturas e dos desacertos da relação do homem com a natureza. Como muito bem lembrou recentemente o Papa Bento XVI: ‘A destruição do meio ambiente e o seu uso impróprio ou egoísta e a apropriação violenta dos recursos da terra geram conflitos porque são frutos de um conceito inumano de desenvolvimento’”, Cf. SIQUEIRA, J. *Ética socioambiental*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.73.

Mas não é possível atribuir essa degradação a uma natureza maligna do homem. A transformação do mundo se dá para que haja produção. A produção é necessária para que haja consumo, para que o homem sobreviva e se desenvolva. Pela produção, o homem transforma a natureza em mundo próprio⁴. Dependendo da forma como a produção ocorre, a transformação da natureza ocorre de forma diferente. Atingimos uma época em que as forças produtivas, organizadas em escala industrial e globalizada, são capazes de destruir o planeta e, com isso, destroem também a condição para a existência do homem na Terra⁵.

O desenvolvimento é necessário: a degradação ambiental, não

A produção é necessária para manter as mais de 6 bilhões de pessoas no planeta. A atual estrutura econômica acaba por impor a produção na escala em que se encontra. Essa estrutura econômica não decorre de um “homem mau”, que degrada deliberadamente. Antes de ser vista como parte de uma estratégia maléfica para destruir o mundo, ela é explicada historicamente pela evolução das capacidades produtivas⁶. Se, no passado, uma civilização era capaz de degradar todo o meio ambiente de sua região, isso não era problema em termos globais, já que o dano ambiental era relativamente pequeno, havia como o planeta se regenerar.

Porém, o consumo de madeira das florestas, do uso de carvão e petróleo em ritmo industrial desde o século XVIII, e a aplicação de componentes químicos tanto na extração de minério quanto na produção, a partir da metade do século XX, têm impedido o planeta de se regenerar. As civilizações contemporâneas retiram do planeta além de sua capacidade de recuperação.

A poluição e a degradação não são apresentadas como problemas. Elas são singelamente declaradas como um efeito secundário e indesejado do desenvolvimento econômico. A transformação da natureza pela “*força da grana que ergue e destrói coisas belas*”, como na música Sampa, de Caetano Veloso, tem carga semântica positiva. E tudo isso acaba sendo entendido com certa naturalidade.

As ideias de progresso e desenvolvimento são consideradas boas “em si”. Os subprodutos do progresso e do desenvolvimento, quais sejam, a miséria e a degradação ambiental, são “naturalizados”. Não são, porém, meras consequências do progresso ou do desenvolvimento, mas parte dessa mesma estrutura econômica.

A estrutura econômica atual permite que a riqueza produzida, a partir do processo produtivo, seja concentrada e mantida entre os donos das indústrias, e o fato de haver

⁴ MASTRODI, J. Sobre o real fundamento dos direitos fundamentais. *Revista Digital de Direito Público*, v.1, n.1, p.150-187, 2012. Disponível em: <www.direitorp.usp.br/periodicos>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁵ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁶ MARX, K. *Contribuição à crítica da economia*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.47.

alguma distribuição de riqueza, permite compreender que a produção atinge uma certa função social, ainda que à custa de miséria, desemprego e poluição.

Não há desenvolvimento e crescimento econômico sem transformação de matéria-prima em bens de consumo; de igual modo, ao menos no atual estágio de nossas forças produtivas, não há produção industrial sem rejeitos sólidos, efluentes e emissão de gases à base de carbono. O problema é que, parte da humanidade que detém a propriedade das indústrias não sofre com a degradação ambiental e com a miséria. Ao menos não na mesma medida que os cidadãos comuns. Os lucros da produção são privados. A concentração de riqueza *causa* pobreza. A poluição, ao contrário dos lucros, é sempre socializada. Uma externalidade indesejada, cujos efeitos são sentidos principalmente pelos grupos sociais menos abastados.

Desenvolvimento (in)sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1970⁷, mas isso já era enfatizado pelo Clube de Roma desde a década anterior. “Sustentável” é um adjetivo que autoriza o desenvolvimento se houver certa preocupação ambiental.

Essa preocupação, porém, não impede que o desenvolvimento econômico seja mantido em níveis cada vez mais elevados, visando ganhos de escala e de rentabilidade e não à preservação das condições de vida. Enfim, níveis *catastróficos*⁸.

O sustentável do desenvolvimento é, assim, muito mais uma palavra bonita com caráter exclusivamente ideológico. O meio ambiente não suporta desenvolvimento industrial na escala em que se encontra. A sociedade (as civilizações atuais) não suporta(m) o crescimento da capacidade industrial por muito tempo.

Começou-se a buscar por energias renováveis e produção sustentável, e a “pegada verde” tem se difundido como uma prática de preservação ambiental das indústrias, mas nossa tecnologia não impede, ainda, a eliminação de degradação, apenas reduz um pouco o ritmo da devastação.

A título de exemplos, a Mata Atlântica brasileira foi devastada pelos engenhos de açúcar durante o Período Colonial, posto que a madeira era necessária para garantir a transformação da cana em açúcar para exportação. Só se notou que era possível produzir com a queima do próprio bagaço da cana – em vez de madeira – depois que quase toda madeira já havia sido utilizada. Outro exemplo: em 2008, nos jogos olímpicos de Pequim, as usinas termelétricas da metrópole chinesa foram desligadas alguns dias antes do

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ou Conferência de Estocolmo, 1972, Estocolmo. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁸ Ou, nas palavras mais amenas do Papa Paulo VI, a crise ecológica é “consequência dramática da actividade descontrolada do ser humano”. Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, p.4.

início dos jogos para permitir que houvesse alguma renovação do ar, para que pudesse haver competição esportiva⁹.

A produção industrial, porém, do ponto de vista estritamente econômico, possui dois custos considerados excessivos: o salário do trabalhador e a recuperação do meio ambiente. Se o trabalhador tiver muitos direitos trabalhistas, o produto fica muito caro para ser vendido, inviabilizando a produção; se a produção tiver de ocorrer de maneira limpa, o custo dessa técnica – que evite degradação (uso de energia renovável, processos produtivos que não gerem emissão de gases ou efluentes, etc.), também encarece sobremaneira o produto final. Quanto menores esses custos, maiores são as chances de crescimento empresarial. Quanto maiores esses custos, a matemática econômico-financeira tende a declarar a inviabilidade do negócio. Sem produção industrial, sem degradação ambiental. Mas, também, sem possibilidade de se realizar a produção necessária à sobrevivência do homem.

Do ponto de vista social, desenvolvimento industrial pressupõe, no mínimo, respeito aos direitos trabalhistas dos empregados. Do ponto de vista do Estado, pressupõe também implementação de políticas públicas que promovam direitos sociais (políticas de educação, saúde, moradia, lazer, segurança alimentar, etc.), sem os quais a liberdade individual dos membros dos grupos sociais menos abastados não se realiza de fato¹⁰. Porém, não existem direitos sem custo, e esse custo é arcado, em sua maior medida, com a cobrança de tributos. Sem tributação não é possível promover direitos sociais. Tributos estes que, em regra, são pagos a partir da riqueza gerada no processo produtivo¹¹. Em última análise, e segundo a ótica econômica dos proprietários das fábricas, a presença de um Estado garantidor de direitos sociais é prejudicial à produção econômica.

Como implementar desenvolvimento social e ambiental?

O desenvolvimento econômico é visto como um bem em si, mas sua realização, sem levar em conta proteção social e ambiental é, ao menos a partir destes pontos de vista, desastrosa. Porém, o desenvolvimento é tão bem visto que tanto cidadãos comuns quanto governantes chegam a pensar que o desenvolvimento é desejado mesmo quando não há empregos, ou quando não há direitos sociais ou quando não há preservação ambiental. E aí concordo com o Papa Francisco: melhor para quem?¹². O desenvolvimento

⁹ A propósito da China, ela está vivendo sua revolução industrial a exemplo da Inglaterra do século XVIII, com sua economia crescendo em *ritmo chinês* na base da queima irrestrita de combustíveis fósseis. De fato, a China tem construído as maiores usinas de captação de energia solar do mundo, mas a produção dessa energia renovável é insuficiente para manter o ritmo chinês de produção econômica. Sua matriz energética ainda é majoritariamente não-renovável.

¹⁰ MASTRODI, J. *Direitos sociais fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

¹¹ HOLMES, S.; SUNSTEIN, C. *The cost of rights: Why liberty depends on taxes*. New York: Norton, 1999.

¹² "A visão que consolida o arbítrio do mais forte favoreceu imensas desigualdades, injustiças e violências para a maior parte da humanidade, porque os recursos tornam-se propriedade do primeiro que chega ou de quem tem mais poder: o vencedor leva tudo. O ideal de harmonia, justiça, fraternidade e paz que Jesus propõe situa-se nos antípodas de tal modelo, como Ele mesmo Se expressou ao compará-lo com os poderes do seu tempo: 'Sabeis que os chefes das nações as governam como seus senhores, e que os grandes exercem sobre elas o seu poder. Não seja assim entre vós. Pelo contrário, quem entre vós quiser fazer-se grande, seja o vosso servo' (Mt 20, 25-26)". Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, p.64.

econômico, sem as necessárias restrições impostas pelas noções de desenvolvimento social e proteção ambiental, não interessa (ou não deveria interessar), pois serve apenas para promover concentração de riqueza, aumento da miséria e destruição planetária.

A ideia de desenvolvimento sustentável, portanto, conformaria uma situação ideal em que o crescimento econômico propiciaria condições de proteção ambiental e melhora das condições sociais. No entanto, essa concepção jamais foi, efetivamente, posta em prática no mercado internacional, cuja regra é de mercado e não de caráter social ou ambiental. A lógica de mercado pressupõe concentração de riqueza – pela apropriação tanto da força de trabalho quanto da matéria prima transformada em produtos para consumo. E tal lógica, tanto do ponto de vista dos cidadãos quanto do Estado, ou da preservação do meio ambiente, se revela simplesmente insustentável.

Ainda que insustentável, ainda é essa lógica que continua a direcionar a produção industrial desde os tempos da primeira máquina a vapor. Antes disso até havia busca por lucro, mas a tecnologia das épocas passadas não permitia nem acumulação nem degradação ambiental em escala planetária, tal como sofremos atualmente.

O rio Tâmsa, em Londres, ao longo do século XIX, ficou sujo tal como é hoje o rio Tietê, no Brasil. Em meados do século XX houve esforço para sua despoluição, e isso ocorreu após um processo de cerca de 20 anos, o que mostra que a limpeza do rio Tietê é possível (bem como a da Lagoa Rodrigo Freitas no Rio de Janeiro etc.). Mas, isso demanda a presença de um Estado interventor, interessado em proteger bens ambientais, algo que contraria a lógica do mercado ou do desenvolvimento econômico. Se o Estado efetivamente intervisse na proteção do meio ambiente, toda poluição acabaria por ser proibida e geraria – contra o poluidor – o dever de ampla restauração (aliás, até há leis para isso no Brasil, mas não são aplicadas por conveniência política em favor dos empresários, pois sua aplicação comprometeria a eficiência do próprio processo produtivo).

Na maior parte da zona do Euro, trabalhadores recebem salários relativamente altos e seus turnos dificilmente ultrapassam 40 horas semanais. Em vários países da Europa, o expediente de trabalho é de 36 horas semanais. Isso gera um custo de produção elevado. Se tais direitos trabalhistas fossem trasladados para a China, o crescimento de seu PIB certamente não seria alto como tem sido nos últimos dez anos. Trabalhadores que recebem altos salários são vistos, pelos empresários, como *custo*. Assim como a proteção ambiental, que também é vista como custo.

Tais custos, no entanto, servem à redução da miséria social e da destruição do planeta. E ainda que o Estado esteja comprometido com o crescimento econômico em média maior que com a proteção ambiental ou trabalhista, trata-se da *única* estrutura social capaz de impor limites à sanha econômica dos mercados. Ainda que muitas decisões sobre direito do trabalho e direito ambiental ocorram no âmbito da comunidade internacional, são as estruturas dos Estados que têm a possibilidade de fazer valer, internamente em seus territórios, os compromissos assumidos em tratados e convenções internacionais.

As angústias do Papa Francisco têm fundamento na realidade atual: a miséria (decorrente da concentração de riqueza) aumenta a massa de pobres, o descarte de produtos sem qualquer preocupação amplia a devastação do meio ambiente. Todas as iniciativas que têm sido tomadas nos últimos 40 anos, e que seguem a linha do desenvolvimento sustentável, têm se mostrado pequenas e isso é insuficiente para resolver os problemas da degradação ambiental e da miséria social.

As propostas do Sumo Pontífice para resolver o problema ambiental são tão ou mais revolucionárias quanto as primeiras encíclicas que formaram a doutrina social da Igreja Católica, *Rerum Novarum*¹³ e *Quadragesimo Anno*¹⁴. Aliás, não sou o único a considerar que a *Laudato Si'* integra a doutrina social da Igreja. Não se faz ecologia integral sem considerar que a “*casa comum*” deva ser compartilhada não apenas no que se refere à preservação do meio ambiente, mas também no uso do território (e.g., nas cidades, a implementação de planejamento urbano includente) e no Produto Interno Bruto (distribuição da riqueza por meio de sistemas tributários de transferência e garantia de direitos sociais). Ações que somente podem ocorrer na prática por meio de intervenções cogentes do Estado.

Em 2014, o Papa Francisco disse algo como: “se destruímos a criação, a criação nos destruirá”, entretanto, seremos destruídos por nós mesmos, pois não há vida fora do ambiente. Falta, sim, consciência ecológica. Ainda que se tenha apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável para promovê-la, essa ideia só começou a existir depois que a situação ficou insustentável. Situação que se agrava ano a ano, pois não há interesse econômico em pôr qualquer consciência ecológica em prática.

De igual modo, não há interesse econômico na promoção de uma consciência social. Esta já é apresentada pela Igreja Católica desde a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891). Consciência é fundamental para mudar o homem, desde que queira ser mudado. A estrutura industrial vigente está muito bem estabelecida e, qualquer mudança que acarrete diminuição na eficiência econômica tende a não ser incorporada, já que contraria os interesses dos donos da produção.

Essa estrutura impõe certa visão de mundo e impõe certa consciência econômica, pela qual se justifica a produção industrial para o fim de garantir condições de vida para toda a humanidade etc. Em que pese isso até ser verdadeiro, pois não há vida sem consumo dos bens necessários à sobrevivência, e não há consumo sem produção prévia, isso também é falso na medida em que a produção não é distribuída conforme as necessidades humanas, mas de acordo com os interesses econômicos dos empresários. Nunca na história se produziu tanta comida, mas também nunca houve tanta fome no

¹³ LEÃO XIII, Papa. Encíclica papal *Rerum Novarum sobre a condição dos operários*. Vaticano: Ed. Vaticana, 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

¹⁴ PIO XI, Papa. Encíclica papal *Quadragesimo Anno sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII “Rerum Novarum”*. Vaticano: Ed. Vaticana, 1931. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em: 20 mar. 2017.

mundo; nunca houve tanto medicamento, e também nunca houve tantas mortes (evitáveis pelo medicamento produzido).

Portanto, ainda que haja consciência ecológica e consciência social, forças sociais importantes impedem sua aplicação. Quem está no topo da pirâmide social e quem, por sua posição, determina a acumulação (para si) e a destruição (para os outros), é o último a ser afetado por qualquer problema social ou ambiental; não sente na pele os problemas sociais provocados pelo sistema econômico que ajuda a manter e a reproduzir. Aliás, é o último a sofrer por esses problemas, sentidos profundamente pelo restante dos cidadãos. Nesta casa comum, os donos das fábricas estão nas salas de jantar e nas suítes, confortavelmente instalados, enquanto a maioria de nós está instalada no porão, na cozinha ou no quarto da despensa.

Deveras, quem está numa posição de destaque não moverá uma palha para mudar a estrutura produtiva. Mas e a imensa maioria, a população? Será que teria condição de parar a produção para exigir mudanças em favor de distribuição social e proteção ao meio ambiente? Dificilmente conseguirá, pois as relações sociais não são simétricas. Há pelo menos 3 desempregados prontos para operarem a motosserra ou o forno a carvão no lugar de algum trabalhador que se conscientizar e se recusar a fazer o serviço. E, mesmo os que se conscientizam, ainda assim precisam pagar suas contas. Como diria Chico Buarque, eles *pensam na vida pra levar e se calam com a boca de feijão*.

O Estado, com suas políticas públicas sociais e ambientais, poderia resolver? Creio que não conseguiria apresentar solução definitiva, já que, no âmbito do Estado, ocorrem lutas políticas ferrenhas, numa disputa desigual em que a maioria dos parlamentares não são realmente representantes do povo, mas sim dos patrocinadores de suas campanhas eleitorais.

A este propósito: há quanto tempo mesmo que ocorreu o desastre da Samarco em Mariana (MG)? Isso se deu em 25 de maio de 2015, deixando 15 mortos; 1 rio morto, vários biomas mortos; nenhuma pessoa responsabilizada, nenhuma ação efetiva de recuperação ambiental ou de recuperação das famílias desabrigadas.

Considerações Finais

O Papa Francisco está certo quando afirma que o Estado é fraco¹⁵. O capital ganha da democracia. Mas isto não é novidade: intervenção do Estado, justiça na vida industrial e socioeconômica, melhor distribuição de riqueza, etc. já foram propostos em 1891, pelo Papa Leão XIII.

¹⁵ "Vários países são governados por um sistema institucional precário, à custa do sofrimento do povo e para benefício daqueles que lucram com este estado de coisas. Tanto dentro da administração do Estado, como nas diferentes expressões da sociedade civil, ou nas relações dos habitantes entre si, registam-se, com demasiada frequência, comportamentos ilegais. As leis podem estar redigidas de forma correcta, mas muitas vezes permanecem letra morta. Poder-se-á, assim, esperar que a legislação e as normativas relativas ao meio ambiente sejam realmente eficazes? Sabemos, por exemplo, que países dotados duma legislação clara sobre a protecção das florestas continuam a ser testemunhas mudas da sua frequente violação", Cf. FRANCISCO, Papa, 2015,

O clamor do Papa Francisco na *Laudato Si'*, porém, é muito mais urgente hoje do que quando da *Rerum Novarum* em 1891. Hoje há efetivamente o risco de destruição do planeta, da devastação ambiental, da propagação da miséria social em níveis inimagináveis. No entanto, como disse o Papa Francisco, a casa é uma só. Não dá para deixar que a maioria da população mundial continue sendo (mal)acomodada no quartinho dos fundos.

A proposta ecológica da *Laudato Si'*, parte da compreensão da humanidade como pessoas que devem ser consideradas igualmente cidadãos, igualmente moradores dessa mesma casa. Nesse sentido, a Ecologia Integral do Papa Francisco propõe que as divisões sociais sejam deixadas de lado, que encontremos condições de vivermos em harmonia, antes que não haja mais condições de vivermos.

